

A IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA DE EXPLORAÇÃO DE BAUXITA ALCOA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONTEXTO DE VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS EM JURUTI VELHO/PA

THE DEPLOYMENT OF THE ALCOA BAUXITA EXPLORATION COMPANY AND THE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS IN THE CONTEXT OF LIFE OF RURAL WOMEN IN JURUTI VELHO/PA



MAIARA ANDRADE PAES¹

MÔNICA XAVIER DE MEDEIROS²

Resumo

O objetivo da presente pesquisa é analisar os impactos sentidos pelas comunidades tradicionais que vivenciaram a entrada da mineração na Amazônia, especificamente no Lago Grande Juruti Velho, região Oeste do Estado do Pará no Baixo-Amazonas, pela perspectiva de mulheres residentes na região. No âmbito da História Social, a pesquisa adentra nas vivências, experiências e modos de vida de sujeitos sociais afetados por esta atividade econômica. Para tanto, a metodologia empregada foi a História Oral, utilizada através de entrevistas com as trabalhadoras e moradoras das comunidades. Ao atribuírem significados às suas memórias, suas narrativas orais evidenciam diversas problemáticas presentes em seus contextos de vida desde a chegada da empresa.

Palavras-chave: Juruti Velho; ALCOA; Comunidades Tradicionais; Trabalhadoras Rurais; Mineração.

Abstract

The objective of this research is to analyze the impacts felt by traditional communities that experienced the entry of mining into the Amazon, specifically in Lake Grande Juruti Velho, in the western region of the State of Pará in the Lower Amazon, from the perspective of women living in the region. In the context of Social History, the research enters into the experiences, experiences and ways of life of social subjects affected by this economic activity. For that, the methodology used was the Oral History, used through interviews with the workers and residents of the communities. By attributing meanings to their memories, their oral narratives reveal several issues present in their life contexts since the company's arrival.

Keywords: Old Juruti; ALCOA; Traditional Communities; Rural Workers; Mining.

¹Graduanda em Licenciatura em História pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins - Universidade do Estado do Amazonas (CESP-UEA); e-mail maiara.andradepaes@gmail.com.

² Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é coordenadora do curso de História da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA); e-mail: mxmedeiros@uea.edu.br



Introdução

O Lago Grande Juruti Velho fica localizado no Oeste do Estado do Pará (Baixo Amazonas). Essa é uma região rica em minérios, especificamente a bauxita, e por essa razão a empresa ALCOA (Aluminum Company of America) escolheu seu território para exploração. Em 2006 a empresa foi implantada e iniciou suas atividades, em meio a esse cenário, os moradores tiveram que se adaptar às mudanças que sua chegada causou. A memória desses moradores tem grande importância, pois evidencia a maneira como a mineração se insere na Amazônia e como isso impacta a vida das comunidades tradicionais, visto que segundo Lindomar Silva (2014, p. 2):

Uma grande mineradora ao implantar-se em um determinado território impacta diretamente nas comunidades tradicionais [...] que organizam sua vida tendo áreas de uso comum, voltadas para o extrativismo, a pesca, a agricultura familiar e o pastoreio.

As vozes das entrevistadas³ trabalhadoras rurais que vivem cotidianamente com essa realidade evidenciam, segundo suas perspectivas, a forma que esses impactos socioambientais afetaram a região. O recorte espacial delimitado para a pesquisa foram cinco comunidades tradicionais do entorno do Lago Grande Juruti Velho, que incluem as regiões mais afastadas da sede da ALCOA como Bom Jesus, Santo Antônio-Ingracia, e Vila Muirapinima, como também as mais próximas como Monte Sinai Católica e o Prudente. O recorte temporal escolhido abrange desde a implantação da empresa em 2006 até o presente momento em que foram realizadas as entrevistas nas comunidades. O objetivo norteador da pesquisa é analisar os impactos das atividades de mineração da ALCOA através das narrativas orais de mulheres das comunidades da região.

A pesquisa se situa no campo da História Social e da História vista de baixo, visto que, procura evidenciar as práticas, vivências, experiências e interpretações de sujeitos históricos subalternos e dissidentes em relação a formação de uma memória hegemônica (WILLIAMS, 1979) constituída na Amazônia que privilegia projetos econômicos para o “desenvolvimento” e “progresso” da região.

³Lidiane Gomes de Souza (34 anos), Devanir Alves de Souza e Souza (40 anos), Crisvalda Batista Lopes (50 anos), Maria da Saúde Sadi Souza (53 anos), Rosinete Prata (39 anos), Cenira de Souza Camarão (63 anos), Sandra Alves da Silva (38 anos), Rosileia Tavares de Souza (42 anos), Nelcia Batista Santarém (32 anos).



A metodologia de pesquisa é a História Oral, no qual consistiu em utilizar de instrumentos audiovisuais para realizar as entrevistas com as trabalhadoras/moradoras das comunidades rurais da região do Juruti Velho. A História Oral para Alessandro Portelli (1997, p. 15), “é a ciência e arte do indivíduo”, visto que, a partir desta metodologia o historiador penetra em padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, que por meio do diálogo com o seu entrevistado sobre suas experiências e memórias individuais, evidenciam os impactos que estas tiveram em suas vidas (PORTELLI, 1997, pg. 15). Segundo Jacques Le Goff (1990, pg.424), a memória “[...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Através das narrativas orais das moradoras, é visto a forma com que a ALCOA se inseriu em suas vidas e como elas atribuem significados às suas memórias e experiências individuais a partir dos impactos que a empresa causou na região.

As entrevistas foram realizadas com 9 mulheres trabalhadoras rurais e moradoras das comunidades tradicionais localizadas no entorno da área de mineração da empresa ALCOA. A metodologia da História Oral permite que sujeitos sociais não hegemônicos sejam evidenciados e tenham suas perspectivas levadas em conta na narração da história. Em relação às comunidades foram selecionadas aquelas em que os moradores recebem os royalties da mineração. As mulheres com quem dialogamos tem entre 32 e 63 anos de idade e são agricultoras, pescadoras ou aposentadas.

Para melhor compreensão deste estudo, primeiramente discutiremos os “caminhos da pesquisa”, que é um breve relato de experiência das viagens para a realização das entrevistas, após esse momento trabalharemos o conceito de “comunidade tradicional” e adentraremos nas discussões dos resultados da pesquisa sobre os impactos da mineradora ALCOA segundo a perspectiva das moradoras tradicionais. E por último, iremos discutir sobre a organização política das comunidades e sua relação com a ACORJUVE (Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho).

Comunidade Tradicional

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT do ano de 1989, é atualmente o acordo que estabelece direitos, condições de vida e trabalho de povos indígenas e comunidades tradicionais. Segundo Joaquim Shiraishi Neto (2007, p. 9), os reflexos da convenção são evidentes diante das reivindicações dos movimentos



sociais que defendem o reconhecimento de “terras tradicionalmente ocupadas”. A convenção 169 reconhece e legitima o processo de autoidentificação dos povos ou comunidades tradicionais, como também reforça a importância dos movimentos sociais que lutam por suas identidades coletivas e principalmente por direitos territoriais.

A constituição de 1988 reconheceu a defesa do meio ambiente e o direito das populações tradicionais aos seus territórios e modos de vida, uma vez que passaram a ser vistos como “parte do meio ambiente ecologicamente equilibrado” (art. 225)⁴ e suas culturas e conhecimentos tradicionais considerados como patrimônio cultural imaterial (LOPES, 2013).

O conceito de comunidade tradicional utilizado nesta pesquisa trata dos sentimentos de pertencimento e modos de vida/cultura dos moradores do entorno do Lago Grande do Juruti Velho. Os moradores dessas comunidades se auto reconhecem como povos tradicionais, que lutam por seus direitos territoriais e ambientais e usaram essa categoria como identidade política para a construção da ACORJUVE (Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho). O Capítulo I do Estatuto Social da associação que representa as comunidades da região nos diz:

Art. 1º A Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, doravante denominada ACORJUVE, fundada em 21 de março de 2004, é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins econômicos, constituída pela união e solidariedade dos **moradores tradicionais e permanentes** das Comunidades da Região de Juruti Velho, inseridas no imóvel conhecido como “Vila Amazônia”, parte do Estado do Pará. (...) Art. 2º A ACORJUVE é concessionária e administradora das terras ocupadas pelas **comunidades tradicionais** que integram o Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE JURUTI VELHO.

Nesse sentido, Thompson em seu livro *Costumes em Comum* (1998) no qual estuda a cultura popular das comunidades plebeias na Inglaterra no século XVIII, nos ajuda a iluminar o conceito “tradicional”:

⁴ Foi somente com o decreto 6.040 de 07/02/2007 que o conceito de povos tradicionais foi definitivamente ampliado e o direito às suas terras plenamente reconhecido. “Art. 3º: Povos tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios naturais como condição para sua reprodução cultural, social, ancestral e econômico(...)”.



No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes (THOMPSON, 1998, p. 16-17).

Thompson analisa os confrontos entre a cultura patricia e a plebeia. A cultura popular tradicional reinventava seu passado no presente e, assim, reforçava a luta pela legitimação dos seus costumes tradicionais, que eles percebiam como direitos adquiridos em resistência à sua inserção no mercado capitalista, que os patrícios impunham.

Temos assim um paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde. A cultura conservadora da plebe quase resiste, em nome do costume, à racionalização e inovações da economia (...) que os governadores, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos costumeiros (THOMPSON 1998, p. 19).

Visto isso, a importante reflexão de Thompson nos ajuda a pensar o tema da pesquisa e estabelecer comparações. A empresa de mineração ALCOA é a imposição do capitalismo e do mercado, que tenta recriar as necessidades humanas e usa o Estado para legitimar sua exploração na Amazônia. Isso vai de encontro com os povos que dela dependem, vivem nela, e expressam suas tradições através de suas culturas, práticas e saberes. Atualmente, essas comunidades tradicionais, em Juruti Velho, seguem resistindo para manter seus costumes, seja o extrativismo, a caça, pastoreio, a produção da farinha de mandioca que as atividades de mineração tolhem ao impactar seus direitos territoriais e ambientais.

Marlon Aurélio Tapajós Araújo e Patrícia de Sales Belo também debatem sobre o conceito de comunidades tradicionais. Eles falam da importância de superar preconceitos impostos pelas relações sociais que o Estado e grupos econômicos querem impor à Floresta, como sendo “afastados do mercado ou como povos ‘primitivos’ ao qual o ‘desenvolvimento’ não chegou” (ARAÚJO; BELO, 2009, p. 267). Nesse sentido, faz-se necessário repudiar todo e qualquer romantismo sobre quem compõe as comunidades tradicionais, reconhecer-lhes como atores sociais ativos e importantes “[...] no cenário sociopolítico amazônico, valorizando o homem/comunidade, o qual supõe e afirma a sua



própria diversidade, entendendo-a em sua complexidade” (ARAÚJO; BELO, 2009, p. 267).

O termo comunidade não é “vazio” ou apenas uma denominação para o lugar onde habitam os moradores da zona rural, segundo Medeiros (2017) é um termo que reflete um campo aberto de problemáticas, pois se constituem enquanto “(...) histórias reais ou imaginadas, de sentidos e experiências que foram vitoriosos e outros que foram derrotados ao longo do processo, implicando a observação dos usos sociais e sentidos adquiridos ao longo da história” (MEDEIROS, 2017, p. 35). Portanto, são sujeitos historicamente determinados, que refletem as diversidades sociais amazônicas. Essa intervenção não pode mais ser ignorada e almeja valorização (ARAÚJO; BELO, 2009, p. 267).

Os impactos da mineradora ALCOA segundo a perspectiva das moradoras tradicionais

Ao realizar as entrevistas, as problemáticas levantadas pelas moradoras foram diversas. Percebe-se que os conflitos tendem a se acirrar quanto mais próximo a distância entre comunidade e a sede da mineradora. Segundo Elaine Archanjo, “a implantação de grandes projetos na Região Amazônica, sob a ideologia do ‘vazio demográfico’, tornou-se marco nas transformações ocorridas nas vidas das populações locais, indígenas e negras” (2015, pg. 36). Os geógrafos Marciclei Silva e Reinaldo Costa falam da importância de analisar a relação entre natureza e sociedade em uma Juruti capitaneada pela mineração, visto que, os impactos trazidos com a implantação da ALCOA não são somente de cunho econômico, mas também social (2015, p. 805).





Agora, traremos as narrativas das entrevistadas e suas perspectivas de quais foram os impactos socioambientais que afetaram suas vidas e as suas comunidades a fim de estabelecer comparações das problemáticas que cada uma evidenciou em suas falas. Procuraremos demonstrar os principais problemas decorrentes da atividade da mineradora.

O impacto mais levantado pelas moradoras foi a contaminação da água, segundo narra Lidiane Gomes de Souza⁵ da Vila Muirapinima que nos diz: “os malefícios hoje é a poluição dos rios, [...] a coloração da água mudô, hoje você não pode mais tomar água do rio [...]”. Nas comunidades, a água era consumida diretamente do rio, mas as trabalhadoras perceberam o surgimento de problemas de saúde nos moradores, disso partiu a necessidade de reivindicar a construção de um microsistema de tratamento de água para as comunidades. Dona Maria da Saúde Sadi Souza⁶ da comunidade Monte Sinai Católico diz que: “a gente ajuda no diesel pra puxar a água encanada daí porque essa água aí já tá um pouco meio poluída”. A moradora Sandra Alves da Silva⁷ da comunidade Bom Jesus enfatiza: “a gente começou a sentir depois problema de diarreia, vômito, depois da chegada dela (mineradora)”. Para Sandra, os moradores tiveram complicações após a chegada da ALCOA. Os comunitários já solicitarem que profissionais especializados da empresa fossem averiguar se há risco de contaminação grave da água, mas não receberam resposta.

O conceito de Reprodução Social como base das formas de organização societária nos ajuda a iluminar essas experiências femininas à luz do patriarcado. No ambiente privado, as atividades domésticas, a preocupação com a alimentação e com a água para a família, o cuidado com as crianças e idosos, a compra de remédios, são necessidades de manutenção que recaem principalmente sobre as mulheres, e como resultado se torna um trabalho de tempo integral (BHATTACHARYA, 2019, p. 103). O que a Lidiane, Maria e Sandra tem em comum, é que do mesmo modo que são agricultoras também exercem os papéis sociais de donas de casas e mães na maior parte do tempo, e por esse motivo, são vozes representativas para nos relatar o mal-estar que a água, após a

⁵Lidiane Gomes de Souza, de 34 anos, da Vila Muirapinima trabalha com a agricultura e produção de farinha de mandioca junto com seu marido. Sócia da ACORJUVE.

⁶ Maria da Saúde Sadi Souza, 53 anos, veio para a comunidade Monte Sinai em 1995, antes disto, morava na comunidade Piranha, em Juruti. Maria trabalha na roça com seu marido, como agricultora, também é sócia da ACORJUVE.

⁷ Sandra Alves da Silva, 38 anos, da comunidade Bom Jesus. Agricultora, trabalha na roça, mas atualmente só produz farinha para o consumo próprio de sua família. É sócia da ACORJUVE.



chegada da mineradora, tem causado em seus familiares e em toda a comunidade. Segundo a Tithi Bhattacharya (2019, p. 103-104), essas atividades produzidas pelas mulheres são a própria base do capitalismo, e são feitas sem cobranças dentro do lar e da comunidade, ou seja, é um trabalho não remunerado. A categoria da reprodução social nos ajuda na análise porque nas falas de mulheres encontramos a vocalização dessa experiência do cotidiano, do cuidado e da responsabilidade com a casa, a família, a comunidade e como estas atividades exercidas pelas mulheres nas comunidades rurais em Juruti Velho foram impactadas pela mineradora.

É, recente eu fiz té um documento e mandei pra lá e eles [ALCOA] falaram que não, que não tem poluição, não tem modificação de...de químicos né, mas a gente tem nossas dúvidas porque várias comunidades aí que tomam água já sentiram bastante (Lidiane Gomes de Souza, 34 anos, Vila Muirapinima, 23/07/2019).

A privatização de locais de uso comum é umas das questões levantadas pela pescadora Devanir Alves de Souza e Souza⁸ da comunidade Bom Jesus que diz que:

É, pra consumo próprio, era caça que ajudava muito as famílias tradicionais mais antiga de que a gente né, meu pai, minha mãe eles contavam que na época deles foram criados principalmente mais cum caça né, frutas né, era açaí, era bacaba com facilidade. A castanha pra gente comprar é difícil já, paneiro, cipó, assim já muito difícil pra gente comprar, se tornou mais caro, porque lá pros lugares onde eles tiravam foi lá que foi atingido pela mineradora, aí ficou muito difícil mesmo, castanha ficou muito difícil. (Devanir Alves de Souza e Souza, 40 anos, Bom Jesus, 19/01/2020, 23/07/2019)

O extrativismo além de ser uma atividade econômica, também é uma atividade essencial de subsistência dos comunitários. O impedimento da extração de castanha, cipó e frutas desestabiliza e atinge diretamente seus modos de vida, renda e alimentação. A historiada Parente (2015, p. 409) nos ajuda a pensar a questão através de sua pesquisa sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, no Norte do Estado de Tocantins que impactou diversas comunidades. Ao entrevistar mulheres agricultoras que extraíam coco-babaçu nesses territórios atingidos, parente percebeu a importância do extrativismo não só como uma atividade econômica, mas também como reciprocidade e troca entre vizinhos, quando se juntavam para vender tais produtos na área urbana. Além disso, a prática da agricultura de subsistência e do extrativismo no período das vazantes dos rios, demonstram o planejamento que elas faziam para cada produto de acordo com a época

⁸Devanir Alves de Souza e Souza, 40 anos, da comunidade Bom Jesus. Pescadora, e sócia da Colônia dos Pescadores de Juruti/PA há mais de 16 anos, também é sócia da ACORJUVE.



que os favorecia. Assim, tal calendário de complementação de produtos contribuía para todas as necessidades alimentícias dessas famílias ribeirinhas.

A caça de subsistência sempre foi uma prática tradicional para os moradores, mas segundo as narrativas orais se “perdeu com o tempo”. Como aponta a agricultora Crisvalda Batista Lopes ⁹da comunidade Monte Sinai Católica:

Era muito bom aqui, quando me entendi nesse mundo, Juruti Velho era terra da fartura, muito peixe, muita caça, eu ainda vi muita fartura aqui nesse rio. [...] Caça não se vê, é muito difícil, antes era muito bom mas depois que essa empresa entrou aí, eu acho que foi uma coisa muito ridícula (Crisvalda Batista Lopes, 50 anos, Comunidade Monte Sinai Católica, 19/01/2020).

Quando a gente chegemos aqui era bom, porque nós tinha peixe, fartura. Meu marido pegava peixe com fartura, caça também era com fartura meus filhos ele, tudo caçava e matava mesmo, difícil eles saírem de uma caçada que eles não chegassem com caça. Hoje em dia nós passa... quando ele vai pra várzea nós come quando ele não vai não tem... porque não tem como pegar coloca malhadeira e não pega nada vai pro mato e não pegam nada também, e aí o que a gente faz? Fica passando fome né passa fome, porque de antes essas matas eram todas grandes era mata mesmo e hoje em dia não. Você anda nessa estrada aqui é só aquele rebolado daquela capoeirinha¹⁰baixa que tem já é mais esse lavradão que tem e ficou muito ruim pra nós que mora aqui todo esse tempo aqui fica muito ruim pra nós (Maria da Saúde Sadi Souza, 53 anos, comunidade Monte Sinai Católico, 19/01/2020).

Com tantos impactos no histórico de Juruti Velho recorrentes de exploração da região, seja pela implantação da mineradora, pesca comercial ou desmatamento, uma das consequências sentidas no presente pelos comunitários é a fome devido a impossibilidade de caça ou a escassez da pesca. Lindomar Silva, chama de ‘desterritorialização’ as consequências da imposição de grupos econômicos hegemônicos, que não consideram e nem respeitam as formas de utilizar os recursos naturais pelos moradores das comunidades tradicionais e povos indígenas e em decorrência ameaça aos modos de vida e a sobrevivência destes, como a fome enfatizada pela Maria da Saúde. Essas ações que impactam os moradores são legitimadas pelo Estado e pelos meios de comunicação (SILVA, 2009, p. 3-4). A pesca, caça e outras práticas tradicionais que os alimentam são

⁹Crisvalda Batista Lopes, 50 anos, da Comunidade Monte Sinai Católico nasceu e se criou em Juruti Velho, é agricultora e sócia da ACORJUVE.

¹⁰Vegetação baixa e rala, de formação recente, que indica processo de desmatamento.



passadas de geração para geração em Juruti Velho como narrado por Maria da Saúde ao citar seu marido e filhos.



Outra questão levantada pelas moradoras das comunidades do entorno do Lago foi o a proliferação de insetos, um desequilíbrio ambiental que tende a alterar o modo de vida dos moradores. Dona Crisvalda narra como era no tempo em que seus pais eram vivos comparando com os dias de hoje:

No verão há muita perseguição de meruim, (...) antes você dormia a noite por baixo das ramas que eu me lembro bem na época do meu pai quando era muito quente, ‘umbora’ dormir debaixo da rameira que tá bonito muito a noite, muito linda (Crisvalda Batista Lopes, 50 anos, comunidade Monte Sinai Católico, 19/01/2020).

Em sua fala percebe-se uma mudança das práticas sociais do passado comparadas às do presente na relação com a natureza. Para ela e seus pais era comum usar da estratégia de dormir fora para suportar o calor no período do verão, mas hoje não é mais possível por causa dos insetos. Segundo dona Crisvalda, seus vizinhos e moradores da comunidade Prudente também reclamam: “a noite, as comunidades vizinhas, aqui em Prudente, passam a noite toda sem poder dormir com tanto carapanã”. A proliferação dos insetos pode estar ligada diretamente ao desmatamento.

A poluição sonora também é uma consequência da atividade de mineração devido à Estrada de Ferro, que foi construída exclusivamente para transportar bauxita de Juruti Velho até o porto da empresa que fica no município de Juruti. Para Cenira



Camarão¹¹, o barulho foi naturalizado durante esses anos e é o menor dos problemas: “a gente ouve barulho do trem a modo que tá aqui pertinho, mas é leve, de madrugada eu acordo e o trenzão tá aí, não é um medo é uma alegria fica aquele barulhão né. Agora o medo só é da nossa água”.

Dona Cenira, e outras moradoras como dona Rosinete Prata¹², relatam que o medo a respeito da água não é somente pela poluição, mas o medo por um possível rompimento da barragem de rejeitos da empresa.

A única preocupação que todo mundo tem, assim é sobre essa barragem quando ela chegar a estourar aí. E esses daqui teve uns tempo mana que esses meus filhos aqui não dormiam não. Ficaram muito com medo que não estourou aquela barragem pra lá pra banda de Brumadinho, eles ficavam muito com medo e eles não dormiam “Ai meu Deus” “mas o que é?” aí começavam a chorar dizendo “não mamãe, e se a barragem daí chegar a estourar” “minha filha só Deus pode livrar nós porque outro mais só...” né, aí acho que é uma preocupação de todo mundo aí da região, todo mundo (Rosinete Prata, 39 anos, comunidade Prudente, 19/01/2020).

Diante das notícias que são conhecedoras sobre a tragédia que ocorreu em Brumadinho em que rompeu a barragem com rejeitos da mineradora Vale, o temor e a insegurança se tornam recorrentes, principalmente quando chove.

Quando começa a chover é chuva, aí quando é tempo de chuva é uma preocupação da gente daqui porque a gente vive aqui embaixo e lá é em cima né, qualquer hora e momento ela tá estourando porque ela já tava começando a esgotar (Rosinete Prata, 39 anos, comunidade Prudente, 19/01/2020).

Isso nos leva a uma reflexão sobre as narrativas orais das moradoras ao mencionaram o medo de um rompimento da barragem de rejeitos que coloque em risco as suas próprias vidas e a dos seus filhos, o rio e as suas moradias. Os comunitários já solicitaram para que a empresa levasse técnicos especializados para diagnosticarem a situação da bacia, como também eles já foram através dos representantes das comunidades para observar pessoalmente, porém não tinham o conhecimento técnico

¹¹Cenira de Souza Camarão, 63 anos, da comunidade Prudente. Hoje ela está aposentada, conseguiu recentemente seu aposento com 62 anos de idade. Antes trabalhava na roça, produzia e comercializava a farinha de mandioca, também criava e vendia galinhas em seu sítio. Mudou-se para o Prudente há mais de 30 anos quando se casou, antes residia na comunidade Maravilha com seus pais. Sócia da ACORJUVE.

¹²Rosinete Prata, 39 anos, da comunidade Monte Sinai Católico. Ela é agricultora, sócia da associação ACOPRUMS e ACORJUVE. Além de seu trabalho com a agricultura, cria seus filhos com o benefício social da Bolsa Família e da ACORJUVE.



para tirar suas próprias conclusões. O que nos sugere que a emissão de laudos sobre a qualidade da água e a segurança da barragem pela própria empresa leva dúvidas aos moradores sobre a confiabilidade deles. O Estado deveria monitorar e esclarecer às comunidades sobre os impactos ambientais decorrentes da atividade da mineração. Este estudo sugere que o Estado tem mais compromisso com a continuidade da exploração econômica da região do que com os direitos territoriais e ambientais dos moradores tradicionais. Para Canto, a “instalação dos equipamentos para exploração e processamento do minério, próximo à borda do Lago, afeta e põe em risco a organização territorial das comunidades do Lago e, inclusive, poderá ameaçar as suas existências” (CANTO 2008, p.253).

Considerações Finais

Os impactos recorrentes da atividade da mineradora na vida das moradoras evidenciam diversas problemáticas após a chegada da empresa ALCOA, tais como: a impossibilidade de caçar para consumo próprio e familiar em territórios que eram de uso comum, porém atualmente estão privatizados, logo, proibidos. A proliferação de insetos devido ao desmatamento na serra, a poluição sonora já naturalizada pelas moradoras causada pelos trens que perpassam pela estrada de ferro construída para o transporte da bauxita, bem como os ruídos das máquinas. Há, também, a preocupação com a contaminação da água do Lago Grande Juruti Velho e, principalmente, a insegurança com o rompimento da barragem de rejeitos que tiraria a vida dos moradores e do rio.

As transformações ocorridas nas vidas das moradoras/trabalhadoras das comunidades do Lago Grande de Juruti Velho desde da implantação da empresa de exploração de bauxita ALCOA até os dias atuais, demonstram o quanto são afetadas as populações tradicionais da Amazônia com mito do “progresso” imposto pelo poder político e econômico. Antes um Juruti Velho com muitas riquezas, mas hoje possui uma população que convive com a insegurança alimentar por não poderem mais usar seus territórios do modo que lhes era tradicional. Tais narrativas nos levam a refletir a inserção do capitalismo na Amazônia, que afeta não somente a natureza, mas todo o meio, como os povos tradicionais, sua organização social e econômica.

Data de Submissão: 07/06/2021

Data de Aceite: 08/08/2021



Referências Bibliográficas

ARCHANJO, Elaine Cristina O. F. **Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e lutas de quilombolas de Boa Vista (1980-2013)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Amazonas. 2015.

BHATTACHARYA, Titchi. **O que é a teoria da reprodução social?**. Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Puxirum de histórias: Lutas por terras e águas em Vila Amazônia – Parintins/AM (1980-2000)**. São Paulo, 2017.

NETO, Joaquim Shiraishi. **Direito Dos Povos E Das Comunidades Tradicionais No Brasil: Declarações, Convenções Internacionais E Dispositivos Jurídicos Definidores De Uma Política Nacional**. (Org.). Manaus: UEA, 2007.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e (in)sustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito – Tocantins**. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 399-416, 2015.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significado na História Oral**. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História. São Paulo. n. 14. Fev/97

SILVA, Lindomar. **Organização E Mobilização Das Comunidades Contra Grandes Projetos Na Amazônia: O Caso De Juruti Velho**. 2009.

TAPAJÓS, Marlon Aurélio; BELO, Patrícia de Sales. **Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas**. Revista de Políticas Públicas, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 265-277.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: Na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.